

A MULHER EDUCADORA NA ESCOLA DE 1o. GRAU:

UM ESTEREOTIPO

(91)

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS (CCH)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

DISCIPLINA : SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA

REITOR : OSMAR TEIXEIRA DA COSTA

DECANA : CENYRA VIEIRA FERNANDES

COORDENADORA : MALVINA TANIA TUTTMAN DIEGUES

PROFESSOR ORIENTADOR : DRA. ROSA MARIA N. T. CAVALCANTI

A MULHER EDUCADORA NA ESCOLA DE 1o. GRAU:

UM ESTEREOTIPO

LISIA ROCHA LAGES

Monografia apresentada em cumprimento ao requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Rio de Janeiro

UNI-RIO

1991

Tudo começou tão ontem, que de fato ainda está começando. Se olharmos para frente, veremos apenas umas poucas pioneiras antes de nós. E se olharmos para trás vemos uma grande multidão que somente agora começa a acordar. A mudança não se fez. Está se fazendo. E, no durante do processo, impossível ter as respostas e as soluções já computadas.

(Marina Colassanti - Mulher
daqui pra frente)

Ao meu marido João Francisco e
aos meus filhos, João Felipe, Ju-
liana e João Paulo, que muito me
ajudaram na conquista de mais
esta etapa de minha vida.

Aos meus pais Nelly e Luiz que sempre me incentivaram na busca deste ideal:

à prof. Rosa que, de maneira muito simpática e segura, muito me auxiliou na elaboração deste trabalho:

ao prof. Luiz Otávio pelas sugestões sempre tão oportunas:

a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão deste curso,

meus sinceros agradecimentos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I	
A MULHER E A FAMILIA : PRECONCEITOS E ESTEREOTIPOS.....	5
CAPITULO II	
O FEMINISMO NO BRASIL	11
CAPITULO III	
A EVOLUCAO DA EDUCACAO DA MULHER E SUA PROFISSIONALI- ZACAO	17
CAPITULO IV	
A CONDICAO FEMININA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO : SITUAÇÃO ATUAL	23
CONCLUSAO	28
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
ANEXOS	31

SINOPSE

Estuda a condição da mulher educadora na escola de 1º grau.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a presente monografia, por sua abrangência, coloca-nos a exigência de uma opção quanto ao enfoque a ser trabalhado. Escolheu-se a abordagem sociológica, apesar de se reconhecer a multidisciplinaridade desse mesmo tema.

O homem, ser eminentemente social, busca o convívio de outros seres humanos, daí surgindo os grupos sociais naturais. Nestes, a mulher desempenhou, através dos tempos, um papel fundamental, cuja importância, embora nem sempre reconhecida, atinge seu clímax na família. Aí, sua atuação tem sido cada vez mais expressiva, embora, para conseguir firmar-se dentro e fora do lar, venha ela travando, há séculos, uma luta desigual pela sua emancipação.

O advento do Cristianismo trouxe uma nova visão da condição da mulher enquanto gente, não mais objeto, ensinando a igualdade de todos como filhos de Deus, sem fazer distinção entre os sexos na suas exigências morais. Esse foi, pois, o primeiro passo dado no sentido da dignificação da condição feminina, apesar de não ter tido conseqüência imediata na modificação desta mesma condição dentro das sociedades. A estrutura patriarcal, que já existia na sociedade ocidental, manteve o estatuto jurídico da inferioridade feminina, já agora suavizada.

Ainda hoje, a mulher se encontra aprisionada neste sistema

patriarcal, submetendo-se a ele, ao aceitar uma posição submissa. A submissão feminina manifesta-se, basicamente, na atitude de reconhecimento do marido como chefe e cabeça da família, senhor do destino de cada um daqueles que vivem sob seu teto. Encontra-se, aí, a origem do estereótipo da mulher como rainha do lar, esposa e mãe, conseqüentemente a educadora ideal de seus filhos.

Nos primórdios da educação institucional no Brasil, os educadores foram os jesuítas, estabelecendo-se o costume de serem homens os encarregados da instrução na colônia. Esta situação perdurou até o século passado quando, após a Independência, o ensino se tornou gratuito e extensivo a todos, inclusive às mulheres, que até aí tinham acesso apenas à educação religiosa, nos conventos. Surgiram, assim, as primeiras professoras primárias, pois a co-educação não era tolerada e os tutores deviam ser do mesmo sexo de seus alunos, abrindo-se um espaço para a profissionalização feminina, expandindo-se dessa maneira, a própria instrução da mulher.

Mesmo esta abertura era justificada em nome das funções maternas da mulher, que era tida como biologicamente dotada pela natureza para a função de socializar as crianças. Considerando-se que o ensino de crianças na escola elementar era visto como extensão das atividades do lar, o magistério primário começou, então, a ser considerado profissão feminina, por excelência, reforçando-se o estereótipo.

Diante do exposto, este trabalho reflete sobre a questão da mulher na área da educação. Procura estabelecer o ponto de interseção entre os estudos sobre a mulher e seu papel na socie-

dade e aqueles que focalizam a educação enquanto processo que se desenvolve nesta mesma sociedade. A procura da articulação dessas duas vertentes constitui tarefa desafiante.

O enfoque principal deste trabalho corresponde à análise de um único tema: a condição feminina do magistério primário com conseqüências sobre a prática docente.

Tomando como limite no tempo as últimas décadas, de 60 em diante, não se tem, neste trabalho, a pretensão de realizar um levantamento exaustivo, em razão das limitações próprias de sua natureza.

Embora este estudo procure situar-se numa linha teórica crítica, encarando a sociedade em seus aspectos de conflito, se baseará em Linton (1981), quanto à conceituação de status e papéis, que são definições próprias das correntes funcionalistas da sociologia.

Assim sendo, são os seguintes os objetivos propostos pelo presente estudo:

- identificar indícios que permitam reconhecer a existência de estereótipo na "vocação feminina" para o magistério;
- confirmar a efetivação do estereótipo.

No intuito de atingir os objetivos acima estabelecidos, colocam-se algumas questões:

- a existência de estereótipo na destinação feminina para as Escolas Normais;
- a confirmação do estereótipo no decorrer da História da Educação Brasileira, principalmente nos dias de hoje.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu numa revisão bibliográfica sobre o tema.

A presente monografia desdobra-se de acordo com o seguinte plano:

O Capítulo I fala sobre a mulher dentro da família patriarcal, abordando os preconceitos e estereótipos a que ela está sujeita;

no Capítulo II o feminismo, tema sempre em voga, é discutido de uma maneira nova, sem os chavões tradicionais;

a evolução da educação da mulher é o assunto exposto no Capítulo III, que aborda, também, o tema da profissionalização feminina;

finalmente, o Capítulo IV pretende refletir a condição feminina do magistério primário nos dias de hoje.

CAPÍTULO I

A MULHER E A FAMÍLIA : PRECONCEITOS E ESTEREÓTIPOS

Este capítulo tem como objetivo um breve comentário a respeito dos preconceitos e estereótipos atribuídos à mulher como parte integrante da família.

Define-se preconceito como uma atitude negativa, desfavorável para com um grupo ou seus componentes individuais, por ser a fixação de um juízo anterior à análise objetiva da realidade, atingindo, desfavoravelmente, pessoas, idéias, objetos. (AVILA, 1982)

Entre os preconceitos mais comuns, encontram-se os que concernem à raça, à religião e ao sexo. Os preconceitos caracterizam indivíduos de mentalidade estreita, incapazes de uma análise serena e desapaixionada da realidade, gerando, em determinados ambientes sócio-culturais, estereótipos que conduzem a um sentimento de aversão a certos grupos.

Estereótipo, do grego stereos = sólido e typos = figura, imagem, é um termo introduzido na sociologia, por Lippmann, com o intuito de designar preconceitos coletivos que se generalizam na consciência do grupo com a intenção de julgar pessoas, coisas e situações.

Os estereótipos se originam, não de uma estimativa espontânea de cada fenômeno, mas de hábitos de julgamento e expectativa, tornados rotina, assim como de generalizações apressadas, pelas quais, a partir de uma ou de poucas experiências, o grupo forma um preconceito arraigado a respeito de determinado obje-

to. Os estereótipos se difundem rapidamente e são transmitidos de uma geração a outra, funcionando como fator de defesa de certos status de classes ou de castas.

O termo estereótipo deve ser claramente distinguido de preconceito, embora no passado fossem tidos como sinônimos, pois os usos mais recentes o consideram convicção que está, por si mesma, livre dos aspectos estimativo e afetivo.

Em todos os lugares, e o Brasil não foge à regra, a mulher é objeto de preconceitos, cristalizados em papéis mais ou menos estereotipados. Assim, são considerados atributos femininos a ternura, a tolerância, a compreensão, a intuição, a passividade, o desvelo e a submissão, que são esperados primordialmente na conduta das mulheres, em todas as suas relações humanas, não só a de mãe/filho, como também na relação mulher/homem.

É na instituição da sociedade de tipo paternalista no Brasil, de cujo sistema a família patriarcal é a base, que encontramos revigorados os predicados acima atribuídos à mulher.

A família patriarcal tem como característica, não só de composição, mas também de relacionamento entre seus membros, o estímulo à dependência em relação à autoridade paterna e à solidariedade entre os parentes. No monótono dia-a-dia de uma família patriarcal na Colônia, exclusivamente voltado para o lar, parece oportuno o retrato traçado por Capistrano de Abreu: "pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados."

O patriarca cuidava dos negócios e tinha como escopo a preservação da linhagem e a honra da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e dependentes que estivessem sob a

sua área de influência.

Mais tarde, depois da libertação dos escravos, esse chefe transforma-se no coronel, e, depois, no chefe político que decide as questões, tendo como parâmetro suas preferências pessoais e suas relações de família e de amizade.

Embora não haja a intenção de reduzir tudo ao poder patriarcal, nem de explicar as relações entre os sexos do ângulo patriarcalista, é forçoso reconhecer que, no estudo dos papéis e relações interpessoais da família patriarcal brasileira, encontram-se as raízes de inúmeros preconceitos em relação à mulher. Ao se estudarem, portanto, essas relações, parte-se das raízes, isto é, das primeiras formas de relações, a fim de compreender como elas teriam evoluído e em que direção isso teria se dado.

A vida, na época escravocrata-senhorial era, na esfera doméstica, efetivamente dominada pelo senhor, que tinha direito, inclusive, de confinar as mulheres em conventos, conforme seu comportamento.

A autoridade do pai era indiscutível, tanto sobre o menino, quanto sobre a menina. A mãe não tinha autoridade perante o marido, nem mesmo para argumentar em contrário. Senhor absoluto dos filhos, o patriarca só começou a ter sua autoridade abalada pela concorrência da autoridade dos padres capelães da família e, mais tarde, pelos médicos da família.

A mãe aparece como figura superprotetora: é a concepção de que ser mulher é sinónimo de ser mãe. Segundo este mito, a mulher deve dedicar todos os seus esforços ao cuidado, proteção

e educação de seus filhos, sem colocar limites à sua presença e sendo, eles, sua única preocupação e interesse. Há trabalhos, como os de Rosen, realizados no Brasil, que revelam ser essa, ainda hoje, uma tendência observada nas mães brasileiras, desencorajando a própria autonomia dos filhos. O pai, por sua vez,

não está acostumado a partilhar sua autoridade todo-poderosa com os demais membros da família. (Rosen citado em NETO, 1980, p. 47)

Depois de casadas, passavam as mulheres, da tutela do pai, para a do marido, onde, agora, a obediência ao marido era uma continuação do esquema de obediência ao pai.

Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escaparam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido.

comenta Saffioti (1976, p. 168).

O ofício de dona-de-casa, com todos seus afazeres domésticos, cuidados com a criadagem, supervisão de todo o funcionamento doméstico, parece ter sido o papel preponderante da mulher branca, senhora de fazenda, embora, por vezes, esse tipo de vida fosse considerado ocioso. A esse propósito, continua Saffioti (1976):

O que era universal na sociedade escravocrata brasileira, quer a mulher desempenhasse papéis úteis, quer levasse vida ociosa, era a aceitação, por parte do elemento feminino, da completa supremacia do homem sobre a mulher, tanto no grupo familiar, quanto na sociedade em geral. Todo o processo de socialização da mulher encaminhava-a para essa submissão (p. 172)

No entanto, mais tarde, com a urbanização diferenciada en-

tre as diversas áreas do país, pode-se observar a coexistência de formas de família semipatriarcais e não-patriarcais, com a difusão da do tipo conjugal, em que as relações entre os cônjuges sofreram mudanças substanciais. Essas mudanças dos papéis femininos e masculinos tiveram repercussões mais profundas na vida da mulher que na do homem. Os papéis femininos sofreram transformações que, muitas vezes, entraram em choque com concepções religiosas e morais, até então inquestionáveis; sendo assim, é na mulher que esse processo de modernização torna-se mais evidente.

Finalmente, pode-se afirmar que a situação da mulher no meio urbano sofreu mudanças, o que, na realidade, se produziu dentro de um movimento descontínuo. Se, por um lado, o êxodo em direção à cidade foi um fenômeno de importância capital para o processo de modernização da mulher, por outro, apesar de surgirem novas imagens da mulher na família e na sociedade, com participação mais ativa, seu papel, ainda assim, continua limitado, face à manutenção dos privilégios masculinos.

Hoje, diversas pesquisas antropológicas provam que a existência de uma atitude específica com relação a cada sexo não ocorre necessariamente em todas as sociedades. Margareth Mead mostrou, em sua obra Male and Female (1949), a enorme plasticidade da natureza humana. Revelou que as características que as sociedades ocidentais estão habituadas a ligar à masculinidade e à feminilidade existem, em sociedades primitivas, independentemente do sexo.

Isto ocorre, por exemplo, em tribos primitivas da Nova Guiné. Mais uma vez constata-se que são atribuídas à mulher determi

nadas características como naturalmente intrínsecas a ela, as quais, na verdade, resultam das condições histórico-sociais de sua subordinação.

Belotti, citada em SOIHET (1989), demonstra que as características tradicionalmente atribuídas aos dois sexos, longe estão de ser estabelecidas pela natureza. Na verdade, resultam de um longo processo de condicionamento através da família, da escola, do contexto enfim, que reprime, à mulher, a prática de extravasar sua agressividade, que é, por sua vez, estimulada no homem.

O que se espera dessa mulher é, sempre, aceitação, concordância e resignação. Algumas mulheres, ainda minoria, vêm conseguindo romper, embora muito lentamente, as amarras do tradicionalismo da sociedade brasileira. Mas esta não é uma tarefa fácil, nem isolada. Só coletivamente as mulheres poderão, de fato, ser as artífices da sua própria libertação.

Foi com o movimento feminista que as mulheres conseguiram melhor organizar-se para atingir uma maior emancipação, movimento que será objeto de estudo do próximo capítulo.

CAPITULO II

O FEMINISMO NO BRASIL

"A vida só é possível reinventada."
Cecília Meirelles

Para nós, mulheres, a epígrafe acima tem um sentido particular e muito profundo. A cada dia, descobrimos a necessidade de reinventar formas de participação social, onde tenhamos um papel de sujeitos e não de meros objetos. Precisamos reinventar um mundo onde a desigualdade e os preconceitos estejam ausentes e as formas de associação entre homens e mulheres não sejam baseadas em dicotomias de superior-inferior.

É dentro dessa necessidade de reinvenção da vida que, na década de 70, foram iniciados estudos sistemáticos sobre a mulher. A tônica de todos esses trabalhos era a de resgatar a história silenciada das mulheres, destruir os mitos da inferioridade "natural" do sexo feminino e propor um movimento político de transformação das relações entre homens e mulheres, simultaneamente com a transformação de toda a sociedade.

Desta forma, o repensar sobre a mulher dentro dos novos parâmetros, rejeitando-se os enfoques masculinos, que só reforçam os estereótipos sobre o sexo feminino, veio no bojo do movimento feminista da década de 70. A mulher, tantas vezes objeto de estudo dentro de uma cultura masculina, reivindicava a sua condição de sujeito para investigar a sua própria história, a sua inserção social e a sua identidade.

O ponto de partida desse renascer do feminismo, pois o feminismo não é um fenômeno novo, nem exclusivo das sociedades contemporâneas, é a constatação de que, em todos os países do mundo, existe desigualdade entre homens e mulheres. Essa desigualdade, cuja origem é social, manifesta-se de forma distinta segundo o sistema sócio-político, o grau de desenvolvimento econômico, ou a tradição cultural de cada país.

O movimento de mulheres, no Brasil, do qual o feminismo é uma das facetas, teve caráter particular, devido à composição heterogênea de nossa sociedade que tem, como traço característico, a desigualdade marcante na distribuição de seus recursos e de sua riqueza. Cria-se uma divisão, surgindo, de um lado, um setor economicamente privilegiado e culturalmente propenso a inovações, concentrado nos grandes centros urbanos e, do outro, a maioria da população — os habitantes das periferias urbanas e das áreas rurais, alijados dos benefícios do crescimento econômico. A coexistência, nos meios urbanos mais desenvolvidos, de um pólo moderno com uma população carente das necessidades mais básicas, configura a complexidade e a heterogeneidade das demandas sociais do país.

O feminismo encontrou um campo fértil entre as camadas médias urbanas, mais propensas às ideologias individualistas e às mudanças de comportamento. Sua expansão foi rápida, através da articulação com as camadas populares, num movimento circular de mútua influência e encontrou eco por constituir uma proposta radical de repensar as relações mais fundamentais na família, no dia-a-dia, nos hábitos. Seu desenvolvimento seguiu as circunstâncias locais, assumindo características próprias.

procurando considerar a heterogeneidade da situação da mulher brasileira.

As questões escravagistas, raciais e de status da mulher vieram a estar intimamente ligadas no Brasil. Desta forma, ser ao mesmo tempo negra e mulher constitui dupla desvantagem: as negras continuam a ocupar as posições mais baixas na sociedade. A "liberação" das mulheres das classes média e alta, com seus crescentes interesses fora da família e do lar, baseia-se, em parte, no trabalho das mulheres da classe baixa, que cozinham para elas, limpam-lhes as casas, cuidam de suas tarefas domésticas e tomam conta de suas crianças. Muito poucas mulheres brasileiras, com um padrão confortável de vida, tenham ou não uma carreira, podem conceber a vida sem suas empregadas. O serviço doméstico continua a ser uma das principais categorias de emprego para as brasileiras. Apesar de essas mulheres raramente serem um peso na consciência de governos e elites, às vezes suas dificuldades recebem publicidade por parte de alguns grupos, como os estudantes radicais, por exemplo.

O padrão da historiografia brasileira tem basicamente ignorado as mulheres, raramente ocupando-se delas sob qualquer perspectiva. Não somente o movimento pelo voto feminino foi completamente ignorado nas Histórias do Brasil, como também o foram as atividades femininas no pouco conhecido movimento trabalhista radical do princípio do século XX, bem como um fenômeno mais recente, a participação de numerosas mulheres como força organizada da política conservadora em meados dos anos sessenta. Marchas organizadas por mulheres da cidade desempenharam um papel importante na série de eventos cujo

climax foi a derrubada do presidente João Goulart e a instalação de um regime militar, em abril de 1964.

O próprio voto, conquistado em 1932, levou a poucas vitórias imediatas para as mulheres. De 1937 a 1945, Congresso e Sufrágio tornaram-se instituições desconhecidas e a vida política permaneceu nas mãos de um só homem, Getúlio Vargas. Além disso, o voto é apenas um aspecto da participação política e é um ato muito mais passivo que a eleição para um cargo público. Pequeno número de brasileiras tem-se candidatado a cargos políticos. Muitas continuam a considerar que a tomada de decisões públicas e a participação política são tarefas mais adequadas aos homens.

Enquanto as alterações na posição e nas atividades femininas, em todos os seus setores, e não apenas no político, foram vagarosas, os efeitos da crescente urbanização e a erosão do tradicional sistema patriarcal tornaram-se mais evidentes no século XX. Um número cada vez maior de mulheres, nas cidades, encontrou empregos fora do lar, não somente nas salas-de-aula, mas também nas fábricas, estabelecimentos comerciais e escritórios. Mesmo no interior, em áreas muito conservadoras, as moças começaram a adotar novos estilos e atitudes inspiradas pelas cidades, para consternação de muitos tradicionalistas.

Por volta da metade do século XX, algumas mulheres reivindicavam melhorias em sua situação social, econômica, jurídica e política e exerceram forte pressão em favor de várias mudanças.

Em 1962, o Código Civil foi modificado, de forma que o marido não mais possuía o controle virtualmente completo sobre as

decisões concernentes à família.

Ações feministas ajudaram a que se criasse a legislação de 1968, que proibiu a discriminação contra mulheres nos empregos. Mas foi ainda pequeno o número de mulheres que lutaram ativamente por essas mudanças.

Ainda hoje, no campo da educação formal, existe, para um número considerável de mulheres, o problema da falta de acesso à escolarização, como um todo, que lhes possibilitaria a profissionalização e melhores condições de inserção no mercado-de-trabalho remunerado. Aos guetos educacionais femininos, correspondem os guetos profissionais, com as mulheres concentradas maciçamente em setores considerados uma extensão do seu papel na família, sempre pior remunerados. Um desses setores é, precisamente, o próprio magistério, onde há maioria feminina nos dois segmentos do 1o. grau, como comprovam os gráficos que se encontram em anexo à presente monografia.

Observando-se o gráfico no.1 (ver ANEXOS), percebe-se que, à medida que sobe o prestígio social da educação, as mulheres vão sendo postas para fora. Elas ocupam predominantemente os postos mais baixos e mais mal remunerados, como é o caso do magistério primário.

De acordo com o censo de 1980, existem 1.649.906 professores. Destes, 1.338.903 são mulheres. Isto significa mais de 80% do total.

Pelo gráfico no.2 (ver ANEXOS), o que se pode concluir é que, apesar de a categoria do magistério ser majoritariamente feminina, nela ainda são os homens que recebem salários mais altos.

As mulheres-professoras continuam, em grande parte, aceitar do passivamente os baixos salários e o reduzido prestígio profissional, em troca de executarem um trabalho que valoriza o afeto às crianças, a meiguice, o instinto maternal como características da profissão e que exige uma permanência reduzida fora do lar.

Ao não questionarem a sua condição de discriminação, dominação e exploração dentro de uma sociedade pensada por e para os homens, as mulheres-professoras funcionam como instrumentos reforçadores deste sistema social, através da educação que oferecem aos seus próprios filhos e aos educandos que estão sob sua responsabilidade.

Pôde-se perceber, pois, ao longo deste capítulo, a necessidade de as mulheres, com referência particular às professoras enquanto educadoras, tomarem consciência da sua própria evolução no sentido de não apenas libertarem-se, mas contribuírem de forma efetiva para uma transformação real da sociedade humana.

Para melhor compreensão desse aspecto do problema, o próximo capítulo procura fazer um esboço do processo de evolução da mulher em sua própria educação e formação profissional.

CAPÍTULO III

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DA MULHER E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

O espírito de independência e a originalidade da educação defendida pelo padre Manoel da Nóbrega são evidenciados pela luta a favor da educação da mulher, no Brasil, nos séculos XVI e XVII. Contudo, o Brasil era colônia de Portugal e os jesuitas, daqui, eram súditos dos de lá. Isto significa que qualquer inovação, como essa, de educar a mulher (o que não se dava, não só na Metrópole, mas também em toda a Europa) constituía humilhação, tanto para a mulher lisboeta, quanto para a educação metropolitana, tendo em vista a carência educacional de que sofriam.

Além disso, pretendia-se elevar demais a mulher brasileira, a mulher da Colônia. Assim, foi proibida a educação escolarizada da mulher, relegada, cada vez mais, ao plano domiciliar, trancada em sua própria casa ou no convento, onde vivia com menos liberdade, mais prisioneira do que a própria mulher-decor da senzala.

Assim é que a mulher brasileira teve educação de monja: primeiro, dentro da casa do pai e, depois, dentro da casa do esposo. Daí o analfabetismo da mulher brasileira, sua falta de sociabilidade, falta de traquejo nas relações sociais, sua tristeza e nostalgia, nos tempos coloniais. Ainda mais: como a educação dos filhos ficava a cargo das mucamas, reduzia-se a mulher branca parcialmente ao papel de dona da casa e de "senhora" do "senhor" da casa-grande ou do engenho. Deste modo,

a mulher é a grande ausente da História do Brasil e da educação brasileira dos primeiros séculos, tornando-se esta ausência uma das grandes causas do atraso e do colapso de nossa educação. (Rodrigues, 1962, p.11)

Assim ficaram, o Brasil e a educação brasileira, nos quatro primeiros séculos.

Por volta de 1830, quando, após a Independência, o ensino, pelo menos ao nível dos projetos e das leis, se tornou gratuito e extensivo a todos, inclusive às mulheres, surgiram as primeiras vagas para o sexo feminino, no magistério primário. Como não se tolerava a co-educação e os tutores deviam ser do mesmo sexo de seus alunos, um espaço para a profissionalização feminina foi aberto, ao mesmo tempo em que se expandia a própria instrução da mulher.

Essa abertura, porém, era justificada em nome das funções maternas da mulher, defendendo-se, simultaneamente, diferenças de gênero nos currículos: o das meninas dava mais ênfase à agulha e ao bordado do que à instrução propriamente dita. Assim, se, de um lado, a primeira lei do ensino (1827) representou um marco para a mulher, na medida em que ratificou seu direito à instrução, significou também um instrumento que acentuou a discriminação entre os sexos, pois, além de não aceitar a co-educação nas escolas, reforçava as diferenças nos conteúdos curriculares, com visíveis diferenças sobre os níveis salariais: as professoras eram dispensadas de ensinar a geometria, mas, como o ensino desta matéria era o critério para estabelecer níveis de salário, as mestras ganhavam menos do que seus colegas do sexo oposto, embora a legislação determinasse que os salários deves-

sem ser iguais para professores de ambos os sexos.

As escolas normais, embora a princípio atendessem a uma clientela de ambos os sexos, o que era inovador para a época, logo passaram a apresentar freqüência predominantemente feminina. Elas arrancaram as mulheres de seu enclausuramento, elevando-as, instruindo-as e delas fazendo as primeiras professoras do Brasil. Além disso, ofereceram-lhes oportunidade de serem úteis, de se realizarem, de trabalharem fora, capacitando-as a melhor educarem seus próprios filhos e dando-lhes, pela primeira vez, instrução de grau médio, fato jamais acontecido no Brasil.

Como o ensino secundário, com seu perfil marcadamente propedêutico, destinava-se apenas àqueles que pretendiam prosseguir os estudos até o nível superior, e este era vedado às mulheres, as escolas normais, nascidas como ramo de ensino que se sobrepunha ao primário e com uma característica marcadamente profissionalizante, converteram-se numa das poucas oportunidades de continuação dos estudos para as mulheres. Por essa razão, acabaram servindo, tanto às que iam efetivamente lecionar, quanto àquelas que pretendiam, apenas, prosseguir os estudos e adquirir boa cultura geral antes do casamento.

Sob a influência de correntes de pensamento que consideravam a mulher, e somente ela, dotada, biologicamente, pela natureza, com a capacidade de socializar as crianças, como parte de suas funções maternas e, considerando que o ensino de crianças, na escola elementar, era visto como extensão dessas atividades, o magistério primário, desde o século passado, começou a ser considerado profissão feminina por excelência.

Os baixos salários oferecidos reforçavam essa associação, a ponto de se encarar como desonroso, e até humilhante, para o homem, o exercício dessa profissão.

Promovida pela Igreja Católica, que dominava o ensino privado no país, a abertura de espaços para as mulheres no magistério visava, antes, à manutenção de princípios morais conservadores, contra a co-educação e a favor do contato das meninas com mestras do mesmo sexo, do que, propriamente, a real profissionalização da mulher. De uma forma velada, o controle da sexualidade feminina justificaria, daí por diante, que mulheres trabalhassem com crianças, num ambiente não exposto aos perigos do mundo e protegido do contato com estranhos, especialmente os do sexo oposto.

Com o advento da República, apesar da laicização do ensino e da instalação de algumas escolas protestantes, de visão menos conservadora, persistiu a atuação da Igreja Católica, bem como sua forte influência na educação brasileira.

No começo deste século, correntes de pensamento voltadas para discussões sobre "diferenças naturais" em termos de temperamento, caráter e modalidade de raciocínio, influenciaram todas as medidas tomadas na área educacional, consagrando as diferenças sexuais, reforçando os estereótipos e a ordem estabelecida. Os cursos de nível médio e profissional, com currículos voltados para atender às chamadas "especificidades femininas", passaram a preparar as mulheres para profissões consideradas adequadas a seu sexo, como aquelas relacionadas com a educação e a saúde.

Até a década de 30, o magistério era a única profissão feminina respeitável e a única forma institucionalizada de emprego para a mulher de classe média. Mais tarde, foram abertas as primeiras oportunidades de trabalho em escritório, a princípio nas repartições públicas e, em seguida, em firmas particulares.

Nessa ocasião, as escolas normais livres somaram-se às oficiais. Com absoluto predomínio de mulheres em seu corpo docente, não davam, elas, acesso aos cursos superiores, constituindo, praticamente, um ponto final na instrução feminina.

Em 1930, a escola normal passou a ser profissionalizante, exigindo-se, para cursá-la, ginásio completo. O benefício às mulheres foi imediato, ampliando-se seu nível de escolaridade. Contudo, seu acesso ao secundário propedéutico, bem como aos cursos de nível superior, era ainda muito limitado e concentrado em poucos ramos de ensino. Somente na década de 40 é que se permitiu, às normalistas, o ingresso em alguns cursos de Filosofia, direito que se estenderia, em 1953, aos demais cursos.

Uma vez consolidada a tendência de a mulher se dedicar ao magistério primário, o ingresso maciço das mulheres no ensino superior, a partir de então, contribuiria para consolidar também o magistério secundário como ocupação feminina, pois a grande maioria das que ingressavam nas Universidades dirigiam-se para cursos que preparavam para a docência naquele nível. A feminização do magistério secundário decorre, provavelmente, de outras causas intimamente relacionadas à crescente perda de prestígio da profissão docente e à restrição de alternativas para a mulher no mercado-de-trabalho.

No período compreendido entre 1950-70, acentua-se a segregação das mulheres em pequeno número de ocupações socialmente definidas como adequadas ao sexo feminino. De 5,6% da força-de-trabalho feminina, concentrada na categoria "professores e funções auxiliares", as professoras passaram a representar 10,4% das trabalhadoras, neste espaço de vinte anos.

A seguir, no próximo capítulo, é delineada a situação atual da mulher no magistério.

CAPITULO IV

A CONDIÇÃO FEMININA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO: SITUAÇÃO ATUAL

Há, como se viu anteriormente, certos argumentos comuns que justificam a escolha da carreira do magistério como profissão essencialmente feminina.

Deve-se citar, primeiramente, o fato de que o ensino ainda é tido como uma extensão do cuidado com crianças, função feminina dentro da família, onde as diferenças biológicas são tidas como fato natural.

Justifica-se, também, habitualmente, a escolha do magistério por parte das mulheres pelo fato de ser, este, uma ocupação que permite conciliar a vida profissional com as tarefas domésticas. Esta conciliação dos papéis também ocorreria no nível simbólico, entre o ideal tradicional de dedicação feminina à casa e à família, prevalecente na década de 60, e as modernas ideias referentes à participação das mulheres no mundo do trabalho remunerado.

Também a alegação de que os salários femininos podem ser inferiores aos masculinos, devido a seu caráter secundário ou complementar, ajudou a justificar a crença de que o magistério é a ocupação ideal para mulheres, servindo, também, para legitimar o crescente empobrecimento daqueles que a ele se dedicam, devido à constante deterioração salarial que os vem atingindo.

Neste capítulo, pretende-se fazer um esboço da situação fe

minina atual nos diversos níveis de ensino no Brasil, tendo como ênfase o magistério primário.

A crescente expansão da escolaridade da população feminina não tem sido suficiente para equiparar as carreiras escolares que seguem homens e mulheres. De uma forma constante, através dos anos e sistematicamente, na história individual do estudante, as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdo humanístico, que preparam seus alunos para profissões tipicamente femininas: magistério, artes, enfermagem. Já os rapazes seguem, preferencialmente, cursos técnicos. Isto quer dizer que a escola apresenta a mesma configuração, em guetos sexuais, que se verifica no mercado-de-trabalho.

De um modo geral, pode-se afirmar que quanto mais mulheres ingressam nas nossas universidades, tanto maior a probabilidade de se tornarem professoras, de exercerem atividades assistenciais ou funções técnico-administrativas dentro de suas áreas de graduações, decorrentes do tipo de tomada de decisão pessoal e do grau de condicionamento que a estrutura social impõe sobre essa tomada de decisão, no que se refere às oportunidades de trabalho, aos requerimentos do mercado e, fundamentalmente, à garantia da reprodução das relações vigentes. (Lewin, 1980, p.20)

Uma característica da participação feminina no corpo docente dos diversos graus de ensino é a configuração piramidal, quando assim se distribuem as taxas de feminilidade: da maioria absoluta no pré-escolar (99%) tornam-se minoria no ensino superior (42%).

Esta distribuição diversificada de homens e mulheres, pelos diferentes graus de ensino, permite duas constatações, das

quais a primeira é a de que, mesmo numa categoria profissional composta majoritariamente por mulheres, os homens ocupam os postos mais elevados, quer pelo prestígio social que acarretam, quer pelo salário que oferecem, conforme se pode constatar mediante os dados obtidos no censo de 1980. De modo complementar, em seguida, vem o fato de a participação feminina ser tanto mais intensa, quanto menor for o prestígio social e económico do nível escolar considerado.

Vale ressaltar a pequena percentagem de homens (praticamente ausentes) no ensino pré-escolar. Alguns países, como o Canadá, onde é elevado o nível de desenvolvimento educacional, procuram criar condições para que a pré-escola conte com uma significativa participação masculina, em torno de 20% atualmente. Este esforço se deve à necessidade da presença de ambos os sexos para a socialização de crianças pequenas, sobretudo naquilo que se oferece como possibilidade de identificação (UNESCO, 1984). No Brasil, esta presença masculina parece extremamente necessária. Levando-se em conta o aumento expressivo do número de mulheres chefes-de-família, muitas crianças vêm sendo educadas em ambiente exclusivamente feminino, tendo poucas oportunidades de interação com homens. Por outro lado, por puro preconceito, aqueles homens, que se dedicam ao trabalho educativo com crianças pequenas, tornam-se suspeitos, tanto em relação à sua identidade masculina, quanto à sua moralidade.

No ensino primário encontram-se as mulheres em grande maioria (mais de 90%); no ensino médio, aproximadamente 70% e, no ensino superior, cerca de 40% dos professores são do sexo feminino, como nos mostra o gráfico no. 3 (ver ANEXOS).

No Brasil, o magistério primário é o pior remunerado e o de menor prestígio, nele predominando as mulheres. Má remuneração e menor prestígio não se associam por simples coincidência, pois seguem a orientação geral da hierarquia do mercado-de-trabalho, em que as carreiras predominantemente femininas ocupam os postos mais baixos.

Tomando-se cada grau escolar subsequente, esse padrão se repete. Embora constituam grande maioria do corpo docente do ensino primário, o número de mulheres diretoras de escolas não é proporcionalmente maior que o dos homens; no ensino médio ocorre fenômeno semelhante. No superior, a proporção de mulheres, já pequena no geral, diminui na medida em que subimos na hierarquia dos cargos docentes desse ensino. Mesmo nas áreas de Ciências Humanas, e outras onde estão mais representadas, o número de mulheres que chegam a professoras titulares é muito pequeno.

Não existem muitos estudos a respeito das características das diferentes categorias ocupacionais do nosso sistema de ensino. Entretanto, tudo leva a crer, por esse quadro, que, como em muitas outras subculturas de nossa sociedade, nele também operam os estereótipos e preconceitos relativos à mulher.

Estes estereótipos e preconceitos não se manifestam apenas por meio de pressões sociais externas, mais ou menos ostensivas. São assumidos pelas próprias mulheres, que trabalham no ensino ou em outras carreiras, causando-lhes conflitos que limitam suas motivações e seus empenhos. É, portanto, perfeitamente razoável presumir que, num sistema hierarquizado quanto ao sexo das pessoas que nele trabalham, normas, crenças, formas de comportamento, operem, não apenas entre os professores, mas per

meiem também o relacionamento destes com seus alunos.

Esta segregação educacional que se observa entre os sexos, mais parece uma participação eficiente da escola na manutenção de privilégios e discriminações no mercado-de-trabalho, ao mesmo tempo em que cria uma armadilha confortável para as mulheres. Sendo dadas e mantidas as condições atuais, nada mais estratégico, a nível individual que, tendo a possibilidade de freqüentar a escola, a opção feminina seja por cursos flexíveis. Cursos não técnicos que, por sua generalidade e falta de especialização, permitam um leque múltiplo de opções profissionais, mesmo que impliquem em subemprego: aulas particulares, intérprete, secretária, jornalista, professora, recepcionista, pesquisadora. Cursos que permitam "aumentar a cultura geral", resposta dada preferencialmente por mulheres quando são questionadas sobre as razões que as levaram a escolher as carreiras frequentadas. (Lewin, 1980). Aumentar a cultura geral pode significar, tanto armazenar conhecimentos gerais suscetíveis de se converterem em instrumento de trabalho profissional, quanto em serem utilizados no cotidiano doméstico: enquanto mãe, enquanto esposa, enquanto pessoa não profissional.

Na medida em que o futuro na profissão é incerto, pois a maternidade pode, independente da vontade individual ou da expectativa da mulher, impedir o prosseguimento de uma carreira, a procura de cursos que permitam a aquisição de competência polivalente parece demonstrar o exercício de um poderoso senso de realidade: entre um baixo salário e o desemprego, a primeira opção parece merecer a qualificação de estratégia adequada de sobrevivência.

CONCLUSÃO

A educação da mulher representa importante fator capaz de contribuir para mudanças nos papéis e no status feminino em todos os países. De um lado, a educação tem efeito positivo no aumento da participação da mulher nas sociedades desenvolvidas; mais altos níveis de escolarização resultam em maior probabilidade de participação na força-de-trabalho. No entanto, a análise do papel das escolas na sociedade brasileira mostra que o problema é complexo e não se pode ter tanta certeza de que a educação de fato contribua para aumentar a participação das mulheres em atividades tão produtivas quanto às do homem.

A dúvida surge quando se analisa a escola como responsável pela definição e reforço das normas e valores culturais da sociedade. O questionamento advém de que a educação procura conduzir meninas e meninos para os papéis que a sociedade lhes reserva.

Assim, desde cedo as meninas são socializadas no sentido do casamento e do seu papel como dona-de-casa; o menino é orientado para atividades profissionais. Então, socializadas para se tornarem esposas e mães de família, as mulheres raramente são encorajadas a pensar em termos de uma carreira. Quando incentivadas a fazê-lo, geralmente o são em direção a ocupações que, no mercado-de-trabalho, representam uma extensão do papel subordinado que têm na família. Por isso mesmo, a mulher cresce e se educa pensando que, se, porventura, tiver necessidade de trabalhar, a sua contribuição será meramente suplementar e temporária. Ao invés de tentar incentivar as mulheres para novas atividades e novas áreas, as instituições educacionais

parecem reforçar o papel tradicional e, quando tentam ampliar-lhes os horizontes para novas atividades, acabam por criar, nelas, conflitos, uma vez que a sociedade dificulta, ou mesmo impede, a sua participação em igualdade com o homem.

Ao lado disso, o ensino ainda é, hoje, dominado por estereótipos de carreiras femininas e masculinas, como é o caso do magistério primário, bem como por preconceitos arraigados, que atribuem melhores salários aos homens em iguais condições de experiência e formação, conforme foi visto no corpo do presente trabalho.

Para concluir, pode-se dizer que as concepções, em relação à condição da mulher, estão ainda muito carregadas de preconceitos em torno dos papéis tradicionais. Preconceitos e ambigüidades que se refletem, reciprocamente, no mercado-de-trabalho, na estrutura educacional e, de forma mais acentuada, na estrutura familiar.

Cabe, hoje, no limiar do século XXI, uma reversão desse quadro, abrindo-se a perspectiva de tornar a mulher, não mais apenas a rainha do lar, a mucama ou professorinha, mas mulher-cidadã, sujeito de sua própria história, mulher efetivamente educadora, tanto quanto à competência técnica, como profissional.

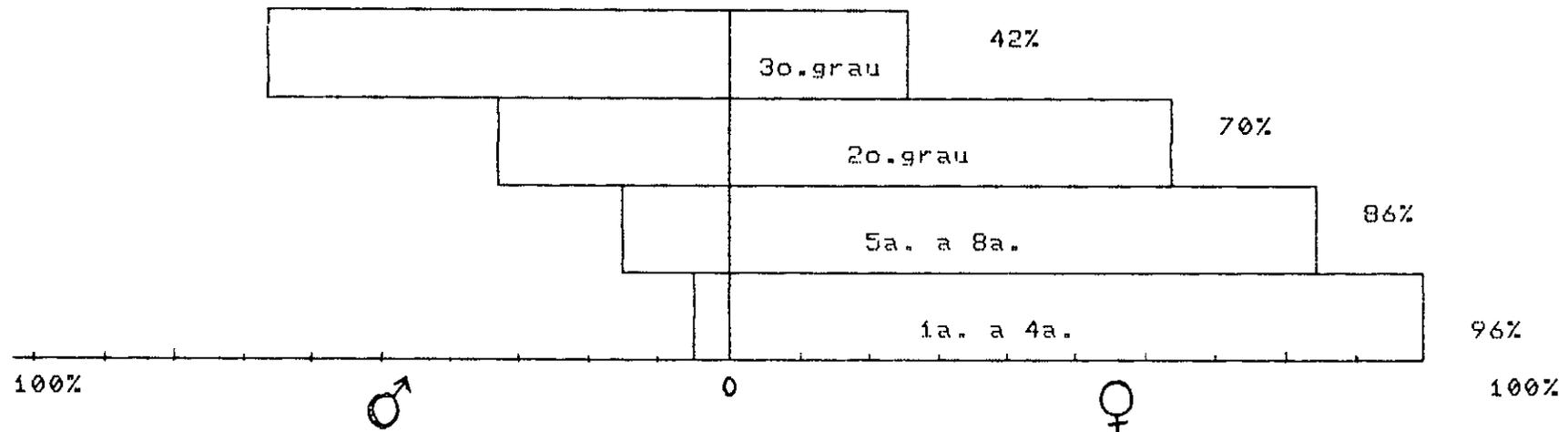
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVILA, Pe. Fernando Bastos de. S.J. Enciclopédia de Moral e Civismo. 3a.ed., Fename (Ministério da Educação e Cultura), 1982.
- BRUSCHINI, Maria Cristina. Mulher e trabalho. Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, SP, 1985.
- HARNER, June E. A mulher no Brasil. Civilização Brasileira, RJ, 1978.
- LEWIN, H. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, SP, fev. 1980.
- LINTON, Ralph. O homem: uma introdução à antropologia. 11a.ed., Martins Fontes, SP, 1981.
- MICHEL, Andrée. O feminismo: uma abordagem histórica. Zahar, RJ, 1982.
- NETO, Maria Inácia d'Ávila. O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. Achiamé, RJ, 1978.
- RODRIGUES, Leda Maria P. A instrução feminina em São Paulo. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", SP, 1962.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Diagnóstico sobre a educação da mulher no Brasil. SP, março, 1985.
- SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Vozes, Petrópolis, 1976.
- SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família. Marco Zero, SP, 1989.
- SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, SP, fev. 1988.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1a.ed., Forense Universitária, RJ, 1989.
- TOBIAS, José Antonio. História da Educação Brasileira. Ibrasa, SP, 1986.

ANEXOS

GRÁFICO No.1

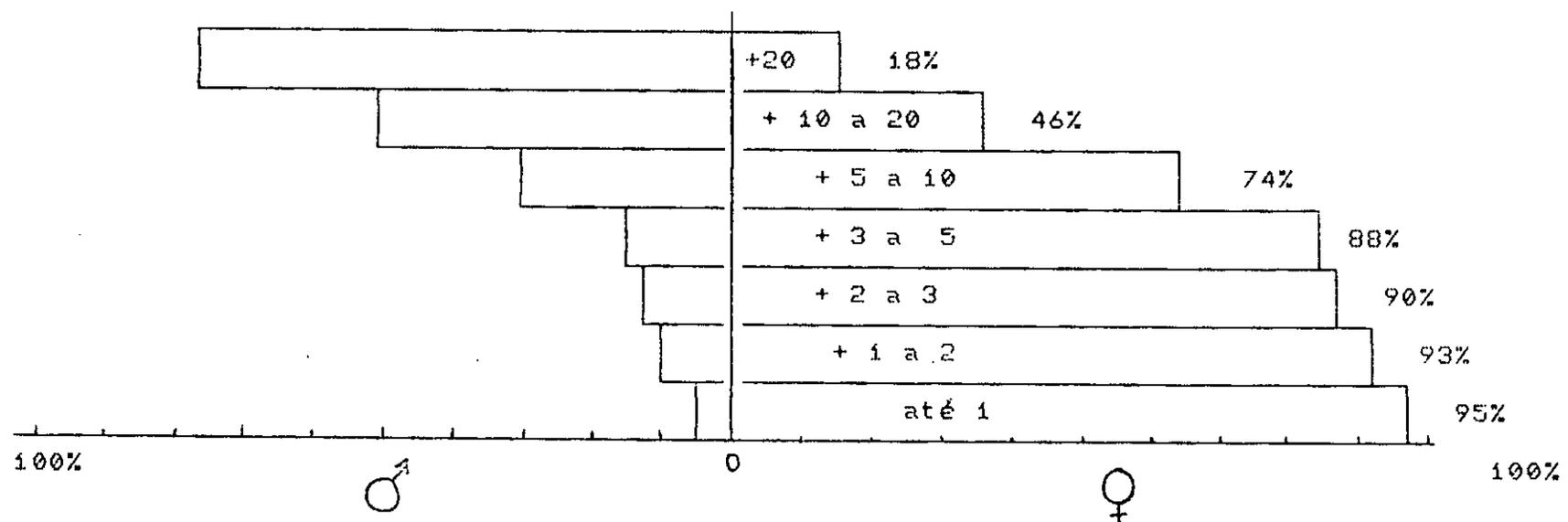
Distribuição dos professores segundo o sexo e o segmento em que atuam



FONTE: CEP-RJ (Centro Estadual de Professores)

GRÁFICO No.2

Rendimento médio dos professores segundo o sexo (em salários mínimos)



FONTE: CEP-RJ (Centro Estadual de Professores)

GRÁFICO No.3

PARTICIPACAO FEMININA NO MAGISTÉRIO

PORCENTAGENS DE MULHERES NA PEA OCUPADA NO MAGISTE RIO, POR GRAUS DE ENSINO	BRASIL	
	1970 *	1980
Magistério	85,4	86,6
- no ensino pré-escolar	--	99,0
- no ensino 1o.grau (1a.a 4a. série)	98,8	96,2
- no ensino 1o.grau (5a.a 8a. série)	59,5	85,7
- no ensino 2o.grau		
- no ensino superior	30,0	42,2

FONTE: Bruschini(1985), dados levantados nos recenseamentos demográficos de 1970 e 1980.

* Em 1970, período que antecedeu à Lei 5692, os graus de ensino eram primário, secundário e superior.